

PROCESSO - A. I. N° 300766.0001/11-3
RECORRENTE - ATACADÃO DM LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4ª JJF nº 0305-04/11
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 11.07.2013

3ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF N° 0256-13/13

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO. MULTA. Contribuinte foi intimado corretamente do Auto de Infração e recebeu todos os demonstrativos necessários à sua ampla defesa. Restou comprovado que a multa percentual foi aplicada sobre o valor do imposto que deixou de ser recolhido tempestivamente como determina a legislação tributária. Indeferido o pedido de realização de diligência. Rejeitada a preliminar suscitada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra Decisão que julgou procedente o Auto de Infração que aplica multa percentual sobre a parcela do ICMS que deixou de ser pago por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias procedentes de outros Estados para fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente - R\$20.954,10.

Consta na descrição dos fatos que a multa percentual aplicada sobre a parcela do ICMS [antecipação parcial] que deixou de ser paga, foi precedida de intimação conforme documento às fls. 7 a 15 do PAF para comprovar os recolhimentos efetuados, tendo se manifestado no processo 037868/2011 devidamente apensado a este PAF, sendo que discordou da cobrança sobre as notas fiscais 3781, 21385, 4163, 4577 e 6718, e foram consideradas as devoluções pela nota fiscal 5620 e exclusão de valores relativos a mercadorias com imposto antecipado [Conhaque Domus] e mantidas as mercadorias tributadas normalmente a exemplo de aguardente, mistura para bolo, creme de leite e leite condensado conforme notas fiscais 158672, 258725 e 8527.

Em Primeira Instância, os Ilustres Julgadores da 4ª JJF, após indeferirem o pedido de diligência, pois entenderam que os elementos constantes do processo são suficientes para formar a convicção, julgaram procedente a autuação fiscal com base no seguinte:

Observe que em momento anterior ao da lavratura do Auto de Infração, o levantamento fiscal foi entregue ao contribuinte mediante intimação para comprovar o pagamento do ICMS antecipação parcial (fl. 7) tendo o mesmo apresentado documentos às fls. 363/380.

Na defesa apresentada o autuado reconheceu o não recolhimento do ICMS antecipação parcial, porém manifestou-se que deve ser aplicada a multa de 60% sobre o valor exigido, de acordo com o previsto no §1º do art. 42 da Lei nº 7.014/96, o que foi contestado pela autuante, que afirma ser devido o valor integral apontado na autuação.

Pela análise dos elementos contidos no processo, verifico que a multa aplicada refere-se a fatos geradores dos meses de junho, julho, setembro, outubro, dezembro/09 e janeiro/10.

Nos demonstrativos acostados às fls. 16 a 23, a autuante relacionou as notas fiscais de aquisições interestaduais de mercadorias destinadas à comercialização relativas ao período fiscalizado, tendo deduzido por mês os valores recolhidos conforme resumo no demonstrativo à fl. 23-A.

O autuado juntou com a defesa um extrato de pagamentos realizados às fls. 427/430 (DAEs e GNREs) cujos valores recolhidos a título de ICMS antecipação parcial, referente ao período fiscalizado, estão contidos no demonstrativo elaborado pela autuante (fl. 23-A), cujos totais mensais foram transportados para as planilhas que apurou o imposto devido por mês (fls. 16 a 23) e deduziu o total mensal recolhido. Foi então aplicada a multa de 60% sobre a diferença apurada que não foi recolhida.

Tomando como exemplo o mês de junho/09, na planilha às fls. 16/17, foi apurado valor devido do ICMS antecipação parcial num total de R\$10.908,80 do qual foi deduzido como recolhido R\$3.057,63 (soma no demonstrativo à fl. 23-A de R\$303,80 + R\$84,45 + R\$2.669,38) o que resultou em valor a recolher de R\$7.851,17. Sobre este valor foi aplicada a multa de 60% que resultou em valor devido de R\$4.710,70 valor este que foi transportado para o demonstrativo de débito do Auto de Infração. A mesma análise vale para os outros meses do período fiscalizado.

Na defesa o autuado afirmou que concorda com a aplicação da multa de 60% o “que deve dar R\$12.000,00”. Tudo indica que o autuado entendeu que o valor exigido totalizando R\$20.954,10 correspondia à exigência do ICMS antecipação parcial, visto que aplicada uma multa de 60% resulta em valor de R\$12.572,46 valor que se aproxima dos doze mil reais que reconheceu.

Entretanto, os demonstrativos integrantes do Auto de Infração, demonstram que a multa aplicada decorre da aplicação do percentual de 60% sobre o valor do imposto que deixou de ser recolhido tempestivamente. Logo, está correto o procedimento adotado pela fiscalização, ficando o autuado dispensado da exigência do ICMS antecipação parcial que deixou de ser pago tempestivamente, mas que comprovadamente recolheu o imposto nas saídas subseqüentes que foram tributadas, em conformidade com o disposto no art. 42, §1º da Lei nº 7.014/96. Infração procedente.

Inconformado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário.

Diz que, em 03 de março de 2011, foi intimada pela Auditora Lucimar Rodrigues Mota para apresentar documentos que comprovassem o ICMS devido por antecipação nos meses de: junho, julho, setembro, outubro, dezembro/2009 e janeiro/2010, concedendo-lhe prazo de 5 dias.

Aduz que, apesar de o prazo ser exíguo, preparou a resposta e juntou todas as provas de ICMS retido na fonte e outras pagamentos.

Alega que atendeu a exigência da Autuante, provando os erros ou equívocos no levantamento do período fiscalizado. Apresenta documento que comprovar suas alegações.

Assevera que tomou conhecimento do Auto de Infração em 14/12/2011, pelo Acórdão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal, impondo a obrigação de pagar a multa pela Infração 01, no valor de R\$ 20.954,10 (vinte mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Não concorda com a exigência, pois, alega que não recebeu via correio, sedex, nem pessoal esse Auto de Infração.

Argumenta que a intimação não gera infração, nem omissão, e que foi uma Decisão errada, excesso de poder da Autuante, entende que feriu o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, no seu art 39, inciso X, que fala da assinatura. Requer a prova da assinatura e a via do Processo com os demonstrativos.

Faz menção ao Art 41 do RPAF, que trata dos documentos que devem acompanhar o Auto de Infração. Fala que quando da lavratura do Auto de Infração é entregue uma cópia, com os demonstrativos, e que as provas cabem ao autuante.

Diz que não consta em seu arquivo o Auto de Infração, por isto solicita que o processo seja enviado para o seu exame, reabrindo-se o prazo de 30 dias para defesa em obediência ao Processo Fiscal, Decreto 7629/99.

Requer, ainda, que seja elidida ou suspensa a exigência do pagamento até que o recorrente faça uma revisão documental da infração apontada.

Por fim, pede que seja juntado o AR ou o recibo de entrada do Auto de Infração , assinado pelo Titular do Atacadão DM, onde consta a infração 01.

Em Parecer, à fl. 471, a PGE/PROFIS, por intermédio do Procurador José Augusto Martins Junior, opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, pois, concorda com a fundamentação da Decisão recorrida, haja vista que o contribuinte se limitou a contestar de forma genérica a autuação fiscal.

VOTO

Consta, à fl. 02, que o contribuinte foi intimado do Auto de Infração em 01/04/2011, recebendo nesta data todos os documentos anexados a este, entre eles os demonstrativos contidos às fls. 16 a 23 e 23-A, bem como as cópias das notas fiscais às fls. 24 a 237 e cópias dos livros Registros de Entrada às fls. 238 a 357, tudo conforme indicado no índice constante à fl. 04.

Ante ao exposto, os argumentos recursais não têm cabimento, pois a intimação efetuada em 01/04/2011 apresentou ao contribuinte todos os documentos necessários para a sua ampla defesa.

Resta clara a infração que é imputada ao contribuinte, qual seja, a aplicação da multa por descumprimento da obrigação principal de recolher o imposto a título de antecipação parcial.

Frise-se que, conforme bem observou a Decisão de Primeira Instância, não há exigência de imposto no caso em análise, haja vista que o montante não recolhido a título de antecipação parcial, devido na entrada da mercadoria, gerou débito de imposto nas saídas das mercadorias, sendo devida apenas a multa pelo recolhimento intempestivo do tributo.

Por tudo quanto ao exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **300766.0001/11-3**, lavrado contra **ATACADÃO DM LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$20.954,10**, prevista no art. 42, II, “d”, cc/§1º da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de junho de 2013.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

RAFAEL BARBOSA DE CARVALHO FIGUEIREDO - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS